

## ACTA N.º 19

### MANDATO 2005/2009

Aos seis dias do mês de Maio do ano dois mil e oito, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se a segunda reunião da Assembleia Municipal de Valongo, da Sessão Ordinária do dia vinte e nove dias do mês de Abril de dois mil e oito, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

5. Constituição de uma Comissão de Acompanhamento da Elaboração do PDM de Valongo – Discussão e aprovação. -----

6. Depois da Ordem do Dia: -----

6.1 Continuação do Período Antes da ordem do Dia. -----

Estavam presentes trinta elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respectivas rubricas. Presentes, também, o Senhor Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo, e os Senhores Vereadores Mário Armando Martins Duarte, Maria José Baptista de Moura Azevedo, António Augusto de Magalhães Gomes e Agostinho Barbosa Vieira Rodrigues Silvestre. -----

Verificou-se a substituição ao abrigo do art.º 78º da Lei 169/99, de 18 de Setembro com redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, do Membro da Assembleia Municipal António Fernandes Monteiro sendo substituído António Moreira Pedro. -----

Verificou-se a falta dos seguintes elementos da Assembleia Municipal Alfredo da Costa Sousa e José Manuel Pereira Ribeiro. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** deu início à reunião. -----

O Senhor **Primeiro Secretário Henrique Jorge Campos Cunha** procedeu à chamada dos Membros da Assembleia Municipal. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à discussão o ponto 5. Constituição de uma Comissão de Acompanhamento da Elaboração do PDM de Valongo – Discussão e aprovação. -----

O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro** começou por dizer que tendo em conta a discussão da primeira parte da Assembleia, alterou a proposta apresentada mais condizente à letra do regimento. -----

De seguida fez a leitura da Proposta anexa à presente acta como Doc.1, com alterações relativamente à apresentada na anterior reunião. -----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa** começou por dizer que pensava que a proposta ao ser alterada ia ser mais abrangente, pois os comentários que fizeram, na anterior, reunião relativamente ao acompanhamento através da comissão não lhes pareça o processo mais indicado, atendendo ao que está em causa o PDM. -----

Entendiam, e continuam a entender que a proposta peca por defeito, e deveria ser alargada a todos os Membros da Assembleia. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** começou por dizer que segundo a lei as sessões podem efectuar com a presença do Senhor Presidente da Câmara, ao seu substituto legal, de acordo com o artigo 48º da lei: “A Câmara Municipal faz-se representar, obrigatoriamente, nas sessões da Assembleia Municipal, pelo Presidente, que pode intervir nos debates, sem direito a voto. -----

Em caso de justo impedimento, o Presidente da Câmara pode fazer-se substituir pelo seu substituto legal.” -----

Isto porque o a reunião iniciou sem a presença do Senhor Presidente da Câmara, mas em virtude dele já estar presente o assunto ficou ultrapassado. Seguidamente disse que relativamente à proposta a questão formal foi ultrapassada, diz qual é a sua representação, assem como a questão do tempo. -----

A questão que o Partido Socialista coloca de ser mais abrangente, não entende, ser mais abrangente é ter mais pessoas, assim a comissão em vez de ser um grupo, conforme diz o Regimento, em elemento de cada Grupo Municipal, passaria a ser a Assembleia, e ai julga que formalmente estaria errado. -----

Continuou dizendo que se pode pôs a questão relativamente a outro tipo de representatividade, outro tipo de comissão, em que a lei diz que tem vários representantes, na sua opinião a comissão proposta não terá esse âmbito, mas sim o permitir à Assembleia Municipal formar uma comissão para acompanhar a revisão do PDM. -----

Na sua opinião o único motivo que, neste momento, pode apresentar é não querer fazer parte da revisão do PDM, em questões formais não existe outro motivo. -----

O Senhor **Deputado João Paulo Rodrigues Baltazar** disse que já foi desenvolvida na anterior Assembleia, a questão formal é importante, mas parece-lhe que o melhor mecanismo para que a Assembleia se possa pronunciar no final do processo, sobre a revisão do PDM, não será através de uma comissão constituída por cinco ou seis pessoas. -----

De seguida disse ser importante, todos, estarem elucidados e para tal a solução seria reuniões, com determinada periodicidade, com todos os Membros da Assembleia, onde a Câmara disponibilize informação relativamente ao PDM, como já anteriormente foi informalmente ventilado. ----

O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro** disse que o espírito da proposta é a criação de uma comissão de acompanhamento da revisão do PDM, que ao contraio do que foi dito este tipo de comissão terá mais eficácia no trabalho a desenvolver, do que uma sessão de esclarecimento. -----

A comissão integra todos os Grupos Municipais e Independentes, o que nas reuniões a realizar haja uma interligação e troca de opiniões, que permitirá

aos Partidos, e aos Independentes, formarem uma opinião sobre o trabalho que se vá desenvolvendo ao nível da revisão do PDM. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** começou por dizer que na anterior reunião quase se passou um atestado de incompetência aos Membros da Assembleia, porque não seriam capazes de discutir um PDM. --- Na presente reunião pela voz do Líder do PSD, que só são cinco ou seis Elementos na comissão e deviam ser trinta e dois, quando o Regimento diz que cada comissão tem que ser cada Grupo Municipal, ou seja não pode haver comissões porque são só cinco a discutir. -----

Continuou dizendo que se considera competente para discutir o PDM, por isso se candidatou à Assembleia Municipal, para discutir os assuntos que dizem respeito à Assembleia Municipal, nos quais se insere o PDM. -----

Terminou dizendo que como se considera capaz de discutir o PDM pretende que a comissão se forme, pois considera-se apto a discutir o PDM antes de chegar à sua parte final. -----

O Senhor **Deputado João Paulo Rodrigues Baltazar** disse que os dotes de extrapolação do Deputado Deolindo Caetano são conhecidos na Assembleia, como estar a comparar o PDM, uma questão enquadrada na lei. -----

Disse de seguida que a lei diz que à Assembleia Municipal compete, no final do processo aprovar, ou reprovado, o PDM, e para isso deve estar conhecedora do processo. -----

Dotar a Assembleia da informação necessário parece-lhe bem, agora não sabe que tipo de relatório a comissão estaria preparada para fazer e votar. ---

Disse, ainda, que já houve uma comissão no presente mandato, onde no final se votou um relatório, sobre o qual a Assembleia se pronunciou, mas não era um assunto que tinha um enquadramento legal e específico. -----

Terminou dizendo que não falou bem nem mal, não aumentou nem diminuiu as características dos Deputados. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à votação o ponto 5. Constituição de uma Comissão de Acompanhamento da Elaboração do PDM de Valongo – Discussão e aprovação, sendo reprovada por maioria com dezasseis votos contra sendo catorze votos contra do Grupo Municipal do PSD/PP, um voto contra da Presidente da assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas, um voto contra do Deputado Arnaldo Pinto Soares, onze abstenções do Grupo Municipal do PS, três votos a favor sendo um voto a favor do Grupo Municipal do BE, um voto a favor do Grupo Municipal da CDU e um voto a favor do Deputado Diomar da Silve Ferreira dos Santos. -----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa** fez a leitura de uma Recomendação anexa à presente acta como Doc.2. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo** disse estar inteiramente de acordo com esse tipo de reuniões, que considera esclarecedoras. Vai pedir ao Professor Paulo Pinho para ele, ou quem ele indicar da sua equipa, fazer reuniões que possam esclarecer os

Senhores Deputados. -----  
A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à votação a admissão da Recomendação anexa à presente acta como Doc.2, sendo admitida por unanimidade, não se tendo verificado intervenções relativamente a este assunto foi colocada à votação e aprovada por unanimidade. -----  
De seguida colocou à votação a admissão de uma Moção relativamente às SCUTS anexa à presente acta como Doc.3, sendo admitida por unanimidade, não se tendo verificado intervenções relativamente a este assunto foi colocada à votação e aprovada por unanimidade. -----  
Seguidamente foi colocada à votação a Admissão de uma Moção relativamente ao Tribunal de Valongo anexa à presente acta como Doc.4, sendo admitida por unanimidade. -----  
O Senhor **Deputado Daniel Torres Gonçalves** disse que todos os Agentes da Justiça conhecem, e reconhecem, as debilidades do Tribunal de Valongo, a Associação Sindical dos Juizes Portugueses, alertou no ano passado para o problema dos ratos no Tribunal, entre outros, bem como os funcionários judiciais temerem pela estrutura do prédio, que não foi construído tendo em vista as funções que desempenha. -----  
A posição da Delegação da Ordem dos Advogados é clara alertando para os problemas sentidos, não só pelos advogados mas por todas as pessoas envolvidas na actividade do Tribunal, começando nas testemunhas que se vêem no vão de escadas, e terminando nos presos que são mantidos na garagem do prédio. -----  
O Ministério da Justiça pôs em dúvida os pontos, por todos, levantados quanto à segurança do Tribunal forçando uma injustificável comparação com Santa Maria da Feira. -----  
Disse, ainda que a noção de segurança deve ter uma interpretação muito restritiva, do ponto de vista do Ministro Alberto Costa, a questão dos ratos no meio dos arquivos, e aos quais estão expostas diversas pessoas, um problema de segurança quanto à saúde dos funcionários do Tribunal, e mesmo uma questão de saúde pública. -----  
A ausência de salas de espera contribui para a acumulação de pessoas nas escadas, como reconhece o auto de vistoria para verificação das condições de segurança e salubridade, de 2006, da Câmara Municipal, obstrui os caminhos de evacuação em situação de emergência, um problema de segurança para os utentes que se deslocam a um serviço aglomerado de papeis em todos os sítios, incluindo selas e elevadores onde não é nada difícil antever um incêndio. -----  
O prédio foi construído para albergar lojas e habitações, contudo o Tribunal deposita processo em cima de processo, arquivo em cima de arquivo o que constitui um peso dificilmente imaginável, peso esse aumentado exponencialmente pelas centenas de pessoas que todos os dias se encontram no edifício. -----

O Ministro deveria abster-se de relativizar uma realidade que, com certeza, reconhece. -----

A Câmara Municipal já mostrou disponibilidade em arranjar um terreno para a construção do novo Tribunal, mas a verdade é que no ano passado o Ministério da Justiça tentou encontrar no mercado de arrendamento um local onde albergar todos os serviços do Ministério no Concelho. -----

Quando são pagos 10.000 euros mensais, o total de arrendamento que foram pagos nos mais de 12 anos já excedeu um milhão de euros, mas m mercado de arrendamento continua a ser a estratégia de poupança do Governo. -----

Assim, os Valonguenses só poderão exigir a construção de novo Palácio da Justiça, na lógica dos novos Campos da Justiça que está a tornar-se realidade. -----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa** disse que o Partido Socialista já, por mais do que uma vez, manifestou a sua posição relativamente às condições em que funciona o Tribunal de Valongo. -----

Sempre disseram que as condições são muito más, e reconhece as más condições em que as pessoas lá trabalham, sendo necessário, e urgente que se tomem medidas acabar com essa situação. -----

Disse de seguida que se por arrendamento, se construção, de um Palácio da Justiça, se por recurso à nova distribuição dos Tribunais pelo país, o que interessa é que a questão se resolva. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à votação a Moção relativa ao Tribunal de Valongo anexa à presente acta como Doc.4, sendo aprovada por unanimidade. -----

Seguidamente colocou à votação a admissão da Moção relativamente aos Problemas Sociais anexa à presente acta como Doc.5, sendo admitida por unanimidade. -----

O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro** disse que pretendia tecer algumas considerações que servem de suporte à Moção. -----

O Padre Lino Maia, Presidente da Confederação das Instituições de Solidariedade Social, tem alertado para o agravamento da fome em Portugal, devido à subida de preço dos alimentos e à falta destes, a falta de trabalho, e a sua precariedade, o que tem levado a um aumento do número de pessoas que recorrem aos seus serviços. -----

Ainda, ao GN o Padre Lino Maia traça um quadro negro da situação social garantindo que há cada vez mais gente a bater à porta das instituições, das igrejas, para satisfazer as necessidades básicas, acrescentando que são necessárias a adopção de medidas enérgicas por parte do Governo Central, das Autarquias e de toda a sociedade. -----

Em Outubro de 2007 o INE calculava em 2 milhões a quantidade de pobres em Portugal, a aumentar com a crise mundial, a situação é preocupante avisa a Presidente da Federação dos Bancos Alimentares Contra a Fome, que disse Jornal de Noticias, temer um quadro de fome em Portugal, ainda mais grave do que o actual, sublinhando as dificuldades acrescidas dos mais

idosos cuja, soma dos custos com a medicação e a comida é superior a muitas pensões de reforma. -----

As pessoas estão com a corda ao pescoço reitera Fernando Nobel Presidente da Assistência Médica Internacional, AMI, que no ano passado apoiou mais de sete mil pessoas, nos oitocentos Porta Amiga existentes nas principais cidades do país, destas, e repare-se bem, 85% pediram ajuda alimentar, 90% das quais com dificuldades financeiras. Isto é, uma Associação de carácter de assistência médica 85% das pessoas que lá foram pediram ajuda alimentar. -----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa** disse que põem em causa alguns números que mencionados, principalmente os que dizem respeito ao desemprego, porque em Março deste ano a taxa de desemprego oficial é de 7,4 e em Fevereiro foi de 7,5 não são 10%. -----

Disse de seguida que a pobreza é indissfarçável, ela existe, mas sabem que na maioria dos casos é devido à compra de dinheiro, de recurso ao crédito mal calculado. -----

A distribuição de alimentos aos casos de grande necessidade já é feita, o alojamento digno para as famílias necessitadas, e novas camas para abrigo, não sabe o número dos sem abrigo, nem qual o número de camas, mas sabe, por experiência própria, que é um público complicado. -----

Continuou dizendo que conviveu de perto com muitos sem abrigo na estação de S. Bento, que dormiam debaixo da aba do cais, iam lá, periodicamente, assistentes sociais falar com eles para os convencer a ir para as instituições, para irem lá dormir, jantar, e eram corridas e mal tratadas. -----

São pessoas não podem ser tratadas como marginais da sociedade, mas há quem diga que os sem abrigo não se deixam caçar nem plastificar, ocupam o espaço de outra forma e muito mais passivamente o seu tempo, nos espaços públicos, nos seus percursos parecem dirigir-se para o lado, nunca fazer nada ou servir ninguém. -----

Não precisam sair do concelho, em Ermesinde o Senhor Adriano dormia debaixo de uma árvore, em frente à Igreja, e recebia apoio domiciliário do Centro Social de Ermesinde que iam lá levar o almoço, o lanche e o jantar, tinha família que o queria receber, e ele não aceitou, deitaram a árvore abaixo foi dormir para um recanto das finanças. -----

Quanto à simplificação de acesso ao Rendimento Social de Inserção, e ao Complemento Solidário para Idosos, na sua opinião o acesso ao Rendimento Social de Inserção está mais do que facilitado, pecando por excesso, ainda mais falta fiscalização, a culpa seja atribuída ao Governo. -----

Relativamente ao Complemento Solidário para Idosos já há muitos milhares a receberem, embora entenda que em primeiro lugar deve funcionar a solidariedade familiar, quando os pais não podem os filhos que têm possibilidade devem ajudar, e não encaminhar as pessoas para as instituições, a inversa também é verdadeira os pais devem ajudar os filhos, mesmo depois de eles saírem de casa constituir família, desde que tenham

possibilidades para isso. -----  
Sobre o aumento de vagas em berçários, Centros de Dia e de Convívio, Lares de Idosos, e apoio domiciliário, existe um programa, que é o PARES, programa de alargamento de equipamentos sociais, já foram abertos dois concursos, e brevemente será aberto o terceiro, não será o suficiente mas alguma coisa está a ser feita, principalmente no apoio à infância, creches e jardins de infância, e em menor número para lares da terceira idade, apoio domiciliário e centros de dia. -----  
Relativamente ao Médico de família segundo parece os números não há acordo sobre eles, não há consenso, mas tem sido feito um esforço no sentido de que cada família tenha o seu médico. -----  
Disse, ainda que lhe parece que a Moção tem cheiros de demagogia, porque aqui o que se propõe é que se mantenha a situação, que se dê esmola, não há uma proposta, não se aponta solução nenhuma. -----  
O Rendimento Social de Inserção não é nem pode ser entendido como um subsídio vitalício, é temporário, e as pessoas que estão nessa situação devem fazer um esforço para viver à sua custa, do seu trabalho. -----  
O Senhor **Deputado Arnaldo Pinto Soares** começou por dizer que o assunto em discussão para ele é tão óbvio, independentemente de rigor ou menos rigor, mas está aos olhos de toda a gente o que se passa lá fora. -----  
Perante a argumentação que ouviu quase era levado a concluir que a miséria que existe é um fatalismo, porque já foram dadas todas as oportunidades a todas as pessoas, aqueles que não as quiseram aproveitar não aproveitaram, por isso estão condenados a viverem na miséria. -----  
Não deixa de ser verdade o que o Deputado Casimiro disse, mas na aplicação do RSI já estão os contratos de inserção, os contratos de inserção fazem parte, agora, eventualmente, a própria Segurança Social na sua aplicação não terá estrutura humana capaz de implementar o que está legislado. -----  
Disse, ainda, que muito foi feito, pelo actual Governo, e por outros, mas não tenham dúvidas a miséria existe, e só quem não anda por aí é que não a vê, e se ela existe é porque nem tudo está feito, porque se fosse um familiar deles que vivesse na miséria, por mais incapacidades que tivesse, por mais disfunções que tivesse, nunca iriam aceitar que ele estivesse condenado a ser miserável. -----  
Por isso, há muito a fazer, já muito foi feito, mas ainda há muito a fazer, e não devem desistir de tentar que cada ser humano seja feliz, porque é essa a sua missão, porque estão ali e lidam com coisas públicas, tomam grandes decisões em termos públicos, falam sobre o PDM, sobre coisas importantes, decidem obras importantes., mas tudo isso só tem sentido se contribuir para a felicidade do homem. -----  
O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** disse que na sua opinião a Moção tem muitas miudezas, que não são mentiras mas miudezas. -----  
Relativamente à intervenção do Deputado Casimiro Sousa, na sua opinião,

tentou reescrever a história, tentando esconder aquilo que existe, a pobreza em Portugal, pois o que diz a estatística é que existe 20% a viver abaixo do limiar da pobreza. -----

Tudo o que aparece na Moção está consagrado na Constituição Portuguesa, o direito à casa, o direito à saúde, o direito à alimentação. -----

Disse de seguida quando se fala que o desemprego não é 7,8 mas é 7,5, qual é a diferença entre 7,8 e 7,5 em questões de pobreza, números a nível nacional, porque no Grande Porto são 10%, mas mesmo que fosse no Porto 7,5 em vez dos 7,8, onde é que ela é relevante para a questão que estão a discutir. -----

Disse, ainda, que uma Associação do Porto diz que a fila para a sopa aumenta todos os dias, enquanto o Banco Alimentar contra a fome espera reposição dos stocks. -----

O sentido da Moção não é resolver os problemas, mas uma recomendação para os Governantes, os Políticos, sejam de que cor sejam, mas quando estão no Governo tentem minimizar a situação. -----

Para terminar disse que o sistema político, não só de Portugal, o sistema político existente não vai resolver, pois já tem milénios e não resolve o problema da pobreza, todos os anos o PIB aumenta, ou seja todos os anos há mais riqueza e há mais pobres no mundo. -----

O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro** disse que citou declarações de pessoas que estão no terreno e retratam a situação actual que se vive no país, e em particular no Distrito do Porto. -----

Realçou que a Moção, estando inseridos no Distrito do Porto, é essencialmente sobre o Distrito do Porto e todos os números, além de uma referência que faz à situação actual no país, têm a ver com o Distrito do Porto. -----

Disse, ainda, que no contacto que tiveram com algumas associações IPSS, que disseram que havia pessoas que iam pedir apoio alimentar, mas que pediam para não dizer nada a ninguém. -----

O objectivo da Moção não é atingir qualquer Partido, mas sim sensibilizar o poder público a tomarem medidas que minorizem a grave crise que atravessam. -----

Os números são reais, as recomendações que se fazem, algumas delas já estão implementadas, mas que se vê que é pouco, e então pede-se o reforço de algumas situações. -----

Existe uma série de programas implementados, mas a situação cada vez piora mais, e têm que ter a sensibilidade para reconhecer tal facto, e recomendar que é o espírito da Moção. -----

O Senhor **Deputado João Paulo Rodrigues Baltazar** disse que relativamente à Moção os motivos são claros, mas acha que há uma preocupação, o agudizar da pobreza. -----

No que diz respeito às propostas, provavelmente foi feito copy past da Constituição, portanto elas são vagas o suficiente para fazerem parte da



Constituição. -----  
De seguida solicitou um esclarecimento, pois chamaram o documento de Moção e de Recomendação, tem dúvidas, porque o título é Moção, mas recomenda, para que depois o tratamento do documento fosse feito de acordo com o tipo de documento. -----  
Disse, ainda que relativamente à forma o documento é sobretudo alicerçado em dados que dizem respeito ao Distrito do Porto, mas depois existe um conjunto de propostas que não sabe como se aplicariam ao Distrito do Porto, por exemplo atribuição de médico e família a cada cidadão, vão privilegiar os do Distrito do Porto, simplificação do acesso ao Rendimento Social de Inserção e ao Complemento Solidário para Idosos, não podem diferenciar o Distrito do Porto, são medidas quanto sabe de implementação a nível nacional, nomeadamente corrigir o subsídio de desemprego atribuí-lo a todos os empregados, aumento de rendimento social de inserção. -----  
A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** informou que o que ali estava era uma Moção, tendo sido apresentada como Moção. -----  
De seguida colocou à votação a Moção anexa à presente acata como Doc.5, sendo aprovada por maioria com cinco votos a favor, um voto a favor do Grupo Municipal do BE, um voto a favor do Grupo Municipal da CDU, um voto a favor da Presidente da Assembleia Municipal Sofia Liberta Braga de Freitas, um voto a favor do Deputado Arnaldo Pinto Soares, um voto a favor do Deputado Diomar da Silva Ferreira dos Santos e vinte e cinco abstenções catorze abstenções do Grupo Municipal do PSD/PP e onze abstenções do Grupo Municipal do PS. -----  
Seguidamente colocou à votação da Assembleia para um prolongamento de mais cinco minutos devido à existência de um pedido de intervenção por parte do Deputado Arnaldo Pinto Soares, sendo aprovado por unanimidade. –  
O Senhor **Deputado Arnaldo Pinto Soares** disse que pretendia saber se é verdade que a Chronopost, que está instalada em Alfena, comunicou oficialmente à Câmara que devido à exiguidade das suas instalações, está à procura de uma nova solução, que pensaria ser em Alfena, no concelho de Valongo, mas como essa solução se atrasa ela começa a equacionar a possibilidade de se instalar noutro local e sair do concelho. -----  
O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo** confirmou que lhes foi comunicado e vão fazer todos os possíveis para evitar que saia do concelho. -----  
O Senhor **Deputado Arnaldo Pinto Soares** disse que estarão a falar em se perder cento e oitenta postos de trabalho e de ter mais cinquenta. -----  
Disse, ainda que a situação é devido a terem um PDM obsoleto, porque não há possibilidade se as empresas se instalarem. -----  
Existem soluções noutro local, mas as decisões das empresas não são onde as pessoas querem mas onde elas entendem que é melhor, e o PDM não está a ser um factor de dinamização para o concelho, mas um travão ao

crescimento, e desenvolvimento do concelho. -----  
Disse, ainda, que falaram de pobreza, mas a pobreza combate-se com a criação de postos de trabalho. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** disse que o Edital que foi enviado acrescenta mais um ponto à Ordem de Trabalhos, o que foi combinado foi que, o ponto cinco teria cinco minutos para o Bloco de Esquerda, para os Independentes e para a CDU e dez minutos para o PS e para o PSD. -----

Depois entra um ponto, Depois da Ordem do Dia, que é um ponto novo, esse ponto novo tem que ter no mínimo 30 minutos, e aparece outro ponto que é Continuação da Ordem do Dia. -----

Assim, para cada ponto da Ordem de Trabalhos há um ponto no Regimento onde diz para cada grupo o tempo que tem, por isso tem que ser respeitado o Regimento. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** informou que o primeiro ponto dos trabalhos foi Constituição de uma Comissão de Acompanhamento da Elaboração do PDM de Valongo, quando acabou a votação passaram ao período Depois da Ordem do Dia, que começou às 21h15, segundo o regimento são 30 minutos, passamos 15 minutos dado a importância das intervenções, foi colocado à consideração da Assembleia, dado que havia o pedido de palavra do Senhor Deputado Arnaldo Soares para prolongar mais 5 minutos, e foi isso que a Assembleia aprovou. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** disse que aprovaram uma Moção, ou uma Recomendação, relativamente ao alargamento da A4, que foi enviada para os Órgão do Poder, onde nós propuseram uma alternativa ao traçado actual, perguntando se já houve alguma resposta do Governo sobre o assunto. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo** disse que tiveram uma reunião com os elementos da BRISA, do Governo ninguém disse rigorosamente nada, mas da BRISA ficaram sensíveis aos pontos de vista apresentados, que é fazer um desvio da A4, e não o alargamento, eles ficaram sensíveis mas isso depende do Governo. ----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** disse que através de um Requerimento apresentado por um Deputado da Assembleia da República, o Governo, através do Ministro das Obras Públicas Transportes e Comunicação, disse que não é verdade que o actual viaduto seja alargado para 60 metros, e que o desvio da auto-estrada para o norte de Valongo introduz outros impactos significativos, não sendo por isso claro que constitua uma melhor solução do ponto de vista ambiental, e terá consequência a nível de prazo da realização da obra. -----

Por outro lado foi garantida a viabilização técnica e ambiental do alargamento da plataforma existente e o mesmo cumpre o estipulado do contrato de concessão quando das obrigações da concessionária, bem como as obras

vão começar a partir da portagem de Valongo para Campo em 2011. -----

O Senhor **Vereador Mário Armando Martins Duarte** informou que essa resposta que o Governo deu já conhecem há meses, estão é a rebater esses argumentos técnicos. -----

O Senhor **Deputado José Carvalho da Rocha** disse que sobre a questão que foi levantada da Chronopost, lembra que quando foi a zona industrial de Campo, também apareceu uma empresa, a Fapobol, que ia criar 2000 postos de trabalho e até hoje, não o fez. -----

Disse, ainda, que, segundo ele, é bluf, a Chronopost não vai sair, porque gastaram muitos milhões. -----

Para terminar disse que existe a zona industrial de Campo, uma das maiores do país, e que está à disposição, onde existem terrenos com 40 e 50 mil metros. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo** disse que a zona industrial de Campo foi o argumento que utilizaram com a empresa que trata das auto-estradas. -----

O Senhor **Deputado Arnaldo Pinto Soares** disse que a Chronopost está em instalações arrendadas, não investido absolutamente nada, já prolongou o contrato um ano na expectativa de uma solução, e como não tem solução à vista estará na eventualidade de procurar essa solução em definitivo. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** deu por encerrada a sessão. -----

Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente aprovada e assinada. -----

A Presidente: \_\_\_\_\_

O 1º Secretário: \_\_\_\_\_

O 2º secretário: \_\_\_\_\_